

A Analogia da Fé

R. C. Sproul

Quando os Reformadores se apartaram de Roma e proclamaram sua convicção de que a Bíblia deveria ser a autoridade suprema da igreja (*Sola Scriptura*), foram também muito cuidadosos em sua preocupação em definir princípios básicos de interpretação. A primeira regra de hermenêutica foi denominada “analogia da fé”. Analogia da fé significa que as Escrituras interpretam as Escrituras: *Sacra Scriptura sui interpretres* (As Sagradas Escrituras são seu próprio intérprete). Em termos simples, isto significa que nenhuma passagem das Escrituras pode ser interpretada de tal forma que o significado alcançado seja conflitante em relação ao ensino claramente exposto pela Bíblia em outras passagens. Por exemplo, se um versículo pode apresentar duas interpretações diferentes sendo que, uma delas é contrária ao ensino da Bíblia como um todo, enquanto a outra está em harmonia com este ensino, então esta última deve ser adotada e a anterior descartada.

Este princípio baseia-se numa confiança prévia e básica na Bíblia como Palavra inspirada de Deus, sendo, portanto, consistente e coerente. Uma vez assumido o princípio de que Deus nunca se contradiria, é injurioso pensar que o Espírito Santo pudesse escolher uma interpretação que colocaria a Bíblia desnecessariamente em conflito consigo mesma. Em nossos dias tais escrúpulos têm sido largamente abandonados por aqueles que negam a inspiração da Escrituras. É comum encontrarmos intérpretes modernos que não apenas interpretam as Escrituras contra as próprias Escrituras, mas que forcem seu argumento nesta direção. Os esforços de teólogos ortodoxos para harmonizar passagens difíceis são ridicularizados e largamente ignorados.

Mesmo não se considerando a inspiração, o método da analogia da fé é uma abordagem saudável para a interpretação de qualquer literatura. A simples norma de decência comum deveria proteger qualquer autor de acusações injustificadas de autocontradição. Se temos a opção de interpretar os comentários de alguém ou de forma coerente ou num sentido contraditório, parece-me que, em caso de dúvida, o autor deve ser considerado inocente.

Tenho sido interrogado por pessoas a respeito de passagens em meus livros nos seguintes termos: “Como pode o senhor afirmar tal coisa no capítulo seis quando, no capítulo quatro sua posição é diferente?” Após minha explicação do que eu realmente quis dizer no capítulo seis, a pessoa compreende que os dois pensamentos na realidade não estão em conflito. A perspectiva no capítulo seis é ligeiramente diferente da empregada no capítulo quatro e, à primeira vista, parecem conflitantes, mas, usando a “filosofia da segunda olhada”, o problema se resolve. Todos nós já passamos por esse tipo de incompreensão e deveríamos ser mais sensíveis quanto às palavras dos outros como desejaríamos que eles o fossem a respeito das nossas.

Sem dúvida, é possível que minhas palavras sejam contraditórias, portanto, esta abordagem de maior sensibilidade e a “filosofia de considerar inocente,” devem ser aplicados somente nos casos em que há dúvida. Quando está claro que houve contradição em minhas palavras, então só posso receber críticas. Em qualquer caso,

quando não tentamos interpretar as palavras de forma consistente, aquilo que lemos se toma uma massa confusa. Quando tal atitude ocorre na interpretação bíblica, as Escrituras se tornam um camaleão mudando a cor de sua pele de acordo com a variação do ambiente daqueles que a estão interpretando.

Torna-se, portanto, claro que nossa consideração sobre a natureza e origem da Bíblia terá um efeito significativo sobre como vamos interpretá-la. Se a Bíblia é a Palavra inspirada de Deus, então a analogia da fé não é uma opção, mas uma exigência para sua interpretação.

FONTE: *O Conhecimento das Escrituras*, R. C. Sproul, Cultura Cristã, pág. 48-50.